



A Mercer realizou Webinar para analisar os resultados da pesquisa “Impactos da COVID-19 para Previdência Complementar” nesta quinta-feira, 23 de abril, por videoconferência. Com apoio da Abrapp, o evento reuniu especialistas e representantes do sistema de Previdência Fechada e serviu para aprofundar as reflexões sobre o levantamento. Os resultados foram apresentados pelo Líder de Previdência e Investimentos da Mercer no Brasil, João Morais, que enfatizou o forte engajamento da alta direção das entidades fechadas na elaboração e envio das respostas.

Dos 132 respondentes da pesquisa, 48% vieram dos presidentes e diretores, seguido de 23% de gerentes e coordenadores. Ele também ressaltou que a amostra representa cerca de 60% do mercado de previdência privada no Brasil. O levantamento apontou que 52% disseram que os participantes e assistidos demonstraram preocupação com os impactos da pandemia sobre o pagamento dos benefícios e gestão dos ativos. Outros 78% apontaram a importância da comunicação e da educação financeira e previdenciária e 82% consideram ações de revisão das políticas de investimentos, ALM e de reavaliação do passivo.

Em seguida, Sílvio Rangel, Consultor da Mercer, falou da portaria que a Previc deverá publicar até 30 de abril com os limites superior inferior das taxas atuariais. O especialista apresentou a previsão de queda de cerca de 0,5% nos limites superior e inferior das taxas. Essa redução será decorrente da própria queda da taxa de retorno esperada devido à crise do mercado financeiro, com reflexos no passivo, no custeio, na marcação dos títulos públicos na curva e sobre a solvência. “Teremos um desafio relacionado às taxas atuariais para o encerramento deste exercício”, disse Sílvio.

O consultor retomou os dados da pesquisa mostrando que a principal ação realizada até o momento foi o início de uma revisão das políticas de investimentos dos planos, relatada em 59% dos respondentes. O levantamento mostrou que, além do ajustes nas políticas, os gestores responderam que estão focados em outras ações de revisão, que são as seguintes: análise dos cenários de juros e ALM (53%); estrutura de custos de gestão (31%), reavaliação da meta atuarial (29%); e regras dos planos (25%).

**Aversão ao risco** – A pesquisa avaliou também como os gestores estão considerando o rebalanceamento de seus portfólios. “Aqui percebemos que com exceção dos títulos públicos, os gestores mostraram propensão para reduzir todos os demais ativos”, disse Sílvio, em relação aos multimercados, renda variável, exterior e imóveis. De acordo com João Morais, uma das prioridades apontadas pela pesquisa passou a ser o monitoramento constante da solvência, liquidez e riscos

dos planos de benefícios. "Percebemos que as organizações estão buscando sair do risco, mas ainda não está claro onde irão alocar os recursos. Até porque as aplicações mais conservadoras continuam com taxas de juros muito baixas e, portanto, não são mais tão interessantes para os planos de previdência", disse. Ele acredita que com a redução das incertezas mais adiante, deve ganhar o movimento de diversificação dos portfólios. O problema é que ainda não é possível determinar com convicção quando a crise será atenuada.

Flávio Castro, Diretor de Seguridade da Petros falou sobre as medidas de enfrentamento da crise adotadas pela entidade. "Estamos fazendo uma análise grande da parte de ALM e da área de risco", disse. O que está na agenda inicial e que há uma preocupação a cada dia na política de investimento e revisão dos cenários de juros e ALM. "É um momento que precisa de flexibilidade pois temos incertezas e precisamos de menos regras, claro que com preocupação, pensando no futuro. Ter flexibilidade para manter o sistema, mas com muita parcimônia, pois temos muito trabalho" disse Flávio. O Diretor da Petros reforçou também a importância da comunicação mais direta, e especialmente via vídeo, para orientar participantes e patrocinadores sobre o que a entidade está fazendo em relação aos investimentos.

**Passivo é a bússola** - O Superintendente Geral da Abrapp, Devanir Silva, disse que o sistema de Previdência Complementar Fechado está preparado para o enfrentamento da crise, pois possui um perfil de longo prazo. Ele ressaltou a importância de definir as políticas de investimentos de acordo às necessidades dos passivos dos planos. "O conhecimento do passivo é uma bússola importante. É fundamental definir as necessidades de liquidez para não se desfazer de ativos depreciados neste momento", comentou.

Devanir indicou, então, que antes de vislumbrar janelas de oportunidades de investimentos, o mais recomendado é a reavaliação do passivo e do ALM, sem a realização de mudanças abruptas. Passada a fase de maior turbulência, que ninguém sabe ao certo quando ocorrerá, mas passada a crise, o representante da Abrapp acredita na retomada dos investimentos das EFPC como atores importantes do financiamento da economia real. "Vejo a vocação natural das entidades fechadas para olhar para vários setores da economia brasileira que irão precisar de investimentos privados", disse.

Na questão do rebalanceamento dos portfólios, o Diretor Presidente da Sistel, Carlos Alberto Moreira, demonstrou preocupação com o alto índice (59%) que indicou a revisão das políticas de investimentos. "Há uma volatilidade no mercado que nunca experimentamos antes e temos que tomar cuidado quando formos fazer uma revisão. Uma coisa é revisitar mas tem que ter cuidado com revisão mais abrupta", disse Carlos Alberto.

O dirigente explicou que uma avaliação precipitada em um momento de grande volatilidade não é o mais adequado. "Temos o privilégio de olhar o médio e longo prazo, e com isso, as políticas que desenvolvemos no ano passado, sinalizavam uma situação atípica, com taxa de juros mais baixas, nos fez assumir mais riscos. Temos que ter uma visão mais clara de como o cenário será daqui pra frente", comentou. Ele apontou ainda a incógnita sobre o comportamento do consumidor daqui pra frente e defendeu que a revisão deverá ocorrer quando houver maior previsibilidade sobre os cenários.

**Impactos para os participantes** - Guilherme Gazzoni, Líder de Produtos de Wealth da Mercer, chamou atenção para o dado da pesquisa indicando que apenas 29% dos respondentes não reportaram mudança de comportamento dos membros dos planos após a pandemia. "Perguntamos quais foram as principais demandas dos participantes e 55% indicam preocupação com situação do plano, enquanto 47% tinham preocupação com sua própria situação financeira. Além disso, 29% das entidades respondentes relataram que participantes estão entrando em contato para solicitar orientação na tomada de decisão, 29% relataram solicitação em alteração do perfil e 27% falaram sobre pedido de suspensão da contribuição, nos dois últimos casos, quando há essa opção".

Diante disso, as EFPC apontaram como as principais ações devem ser tomadas para ajudar os participantes nos impactos da crise o reforço na comunicação (78%); o reforço na educação

financeira (49%); o reforço na tecnologia utilizada para interagir com participantes (42%); a necessidade de implantar ou expandir empréstimos (22%); e ações para permitir suspensão e interrupção das contribuições (17%). Carlos Alberto Moreira, da Sistel, destacou a importância da comunicação com o participante nesse momento. "Fizemos muitos vídeos para dar mais tranquilidade aos participantes assistidos sobre os benefícios, que não seriam comprometidos. Temos também participantes ativos, esses em menor número, preocupados com a estrutura do plano. Nos últimos meses tivemos rentabilidade negativa para um dos planos, e para explicar, nada melhor que a comunicação", disse.

Devanir Silva reiterou que num primeiro momento a entidade precisa adotar uma conduta de combate à crise, e a direção deve se apresentar de maneira objetiva. "A primeira coisa é garantir que não há risco de interrupção de pagamento de benefícios. Isso precisa ficar claro, e precisa ser levada a informação que perdas neste momento têm um impacto contábil, mas não financeiro. Essa tranquilidade deve ser passada olho no olho, com a comunicação direta com participante", disse. "É um momento também de se rever medidas como taxa de carregamento, custos administrativos, e ter uma parceria entre a entidade e o participante".

**Fonte:** Abrapp em Foco, em 23.04.2020